

Panorama da votação presidencial nos anos 2018 e 2022 no município de Palmas-PR: correlações com os territórios conservadores de poder

Paulo Vinícius Vasconcelos de Medeiros ¹

Pedro Rodolfo Nielsen Filho ²

RESUMO

O município de Palmas, no interior do Paraná, está encravado na região sudoeste do estado e possui características próprias e muito específicas tanto no quesito econômico como no social, notadamente no que se refere aos dados de desenvolvimento humano e assimetrias entre a sua população. Tal ponto reflete diretamente no voto dos munícipes de Palmas, os quais, conforme as suas necessidades e aspirações, escolhem gestores públicos condizentes com as suas expectativas de políticas públicas e exercício do poder político. Nesse esteio, optou-se, nesse estudo, por averiguar e comparar os dados das eleições presidenciais no Brasil nos anos de 2018 e 2022 em consonância com os territórios de conservação do poder em Palmas-PR. A pesquisa aborda, outrossim, o modo como uma elite conservadora do território palmense observa e tipifica aqueles que manifestam o seu voto em candidatos por ela indesejados. Nesse sentido, o estudo dos dados eleitorais fornecidos pelos órgãos oficiais em consonância com a tipologia do voto depositado em determinados territórios de Palmas ganha ênfase e justifica o presente ensaio. Como metodologia, as abordagens documentais, sobretudo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral se fazem necessárias e, somando-se a isso, uma revisão de literatura a despeito dos territórios de conservação do poder.

Palavras-chave: Palmas-PR; eleições presidenciais; anos de 2018 e 2022; territórios conservadores de poder; discriminação eleitoral.

¹ Possui graduação em Direito pela UNIFOR - Universidade de Fortaleza (2006) e especialização em Direito Empresarial pela UECE - Universidade Estadual do Ceará. Também possui especialização em Licenciatura pelo IFPR - Instituto Federal do Paraná e é mestre em Educação pela UPF - Universidade de Passo Fundo (RS). Atua como docente efetivo EBTT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, fazendo parte do Colegiado de Direito. Atualmente é coordenador do grupo de pesquisa em Processo Civil no Curso de Direito do IFPR. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO);

² Possui graduação em Agronomia - Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (2015). Possui pós graduação em Didática e Docência no Ensino Superior (2018). Mestre em Agronomia - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco. É docente do Curso de Engenharia Agrônoma e Ciências Veterinárias na Universidade do Grande Vale - UGV.

ABSTRACT

The municipality of Palmas, in the interior of Paraná, is nestled in the southwest region of the state and has very specific characteristics both economically and socially, particularly regarding human development data and asymmetries among its population. This aspect directly reflects in the voting behavior of the residents of Palmas, who, according to their needs and aspirations, choose public managers consistent with their expectations for public policies and the exercise of political power. In this context, this study chose to investigate and compare the data from the presidential elections in Brazil in 2018 and 2022 in line with the territories of power conservation in Palmas-PR. The research also addresses how a conservative elite in the Palmas territory observes and categorizes those who express their vote for candidates they disapprove of. In this sense, the study of electoral data provided by official bodies in accordance with the typology of votes cast in certain territories of Palmas gains emphasis and justifies this essay. As a methodology, documentary approaches, especially with the data from the Superior Electoral Court and the Regional Electoral Court, are necessary; in addition to this, a literature review regarding the territories of power conservation is required.

Keywords: Palmas-PR; presidential elections; years 2018 and 2022; conservative power territories; electoral discrimination.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados obtidos, considerando o município de Palmas, no estado do Paraná, nas eleições presidenciais de 2018 e 2022. Os dados colecionados nessas eleições evidenciam um desenho político próprio do território analisado.

É um discurso comum, sobretudo nas eleições majoritárias na última década, a nível nacional, o fato de parte da população brasileira atribuir às votações advindas de determinados contingentes populacionais uma associação à falta de educação, conhecimento e intelectualidade. Isso ocorre, notadamente, por uma circunstância eminentemente preconceituosa, xenofóbica e classista.

Esse discurso, porém, não é isolado e alcança muitos territórios do país quando o assunto é o voto e, antes dele, as convicções ideológicas dos eleitores.

Nesse esteio, o presente estudo tem por escopo averiguar o resultado das últimas eleições presidenciais no município de Palmas-PR, levando em conta não apenas os candidatos vitoriosos, mas

também a forma como foi recepcionada essa implicação no seio social, sobretudo de uma elite conservadora.

Para tanto, o artigo utiliza estudos documentais do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e de uma bibliografia especializada nas áreas de ciência política e geografia.

A presente pesquisa adota, dessa forma, uma metodologia embasada na pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase no método dedutivo e em uma perspectiva fenomenológica de investigação científica. Os autores aqui citados são referenciais em suas áreas de atuação e conferem cadência ao estudo proposto, com o intuito de angariar informações teóricas e conceituais sobre o território e seus desdobramentos.

Ressalte-se, ainda com relação ao método utilizado, a pesquisa narrativa, de abordagem “qualiquantitativa”, que mescla métodos qualitativos e quantitativos para analisar um determinado fenômeno — neste caso, a tipologia do voto em Palmas. Essa abordagem busca integrar a análise numérica e estatística (quantitativa) à interpretação de dados subjetivos, como percepções extraídas da bibliografia utilizada como apoio acadêmico (qualitativa).

A partir dos objetivos propostos e da literatura revisada que sustenta a empiria, foi realizada uma análise dos dados eleitorais em Palmas-PR nas duas últimas eleições presidenciais, os quais permitem desvelar a realidade que orientou a pesquisa aqui apresentada.

Assim, a pesquisa foi subdividida em dois tópicos: a análise do município de Palmas e de seus dados sensíveis referentes à história, economia e renda; e a abordagem mais específica do panorama das votações em Palmas-PR nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, sob a perspectiva da teoria do território de conservação do poder.

Os territórios conservadores de poder credenciam a pesquisa no sentido de se estudar e entender as assimetrias existentes no quesito voto, quando o território palmense é observado em seu espectro político de investigação. Eles ganham ênfase quando os dados dos resultados eleitorais são postos em discussão e repercutem no seio social do território em questão.

Os arranjos institucionais são definidos como “conjunto de regras, mecanismos e processos que definem de forma particular como se coordenam os atores e interesses na implementação de uma política específica” (Pires; Gomide, 2014). Eles têm assumido

formatos e modelos diferentes, considerando as dinâmicas específicas de cada contexto em que são implementados (Bouckaert *et al.*, 2010).

Isso porque, na presente pesquisa, interessa diretamente a forma manifestada pelos eleitores palmenses no voto e o seu alcance no sentido de contemplar seus objetivos e metas no recorte territorial pesquisado.

Por isso mesmo, objetiva-se neste exame, estudar a formatação do voto dos eleitores palmenses espelhado na geografia política com a abordagem do território como pano de fundo das discussões travadas.

Assim, considerando a complexidade de tratar do tema de ciência política envolta à questão eleitoral, abordar-se-ão, por primeiro, as referências teóricas que embasam essa discussão para, em seguida, chegar ao contexto político que, para o presente estudo, é o que se consubstancia conceitualmente.

O município de Palmas-PR

Neste tópico, apresenta-se um panorama do município de Palmas, situado no interior do estado do Paraná, mais precisamente em sua região sudoeste, conforme atesta o mapa abaixo:

Figura 1 - Palmas localizada no estado do Paraná



A respeito do município de Palmas-PR, Mendes (1989, p. 37) afirma:

O processo de formação e ocupação de Palmas e microrregião remonta do século XIX, sendo, portanto, a área de ocupação mais antiga de todo o Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Na realidade, a história de Palmas está diretamente relacionada à do Sudoeste do Paraná, uma vez que, todo o território que atualmente compreende a mesorregião, era pertencente ao município de Palmas. O mesmo vale para o Oeste Catarinense, que na época fazia parte do Estado do Paraná. Com isso, pode-se afirmar que foi a partir do município de Palmas que o processo de ocupação do Sudoeste ocorreu.

Siqueira (2010, p. 16), historiadora paranaense, disserta a respeito do município de Palmas e seu nascedouro:

A região teve grande destaque entre 1890 e 1895 em função da “Questão de Palmas”, de ordem internacional, que ocorreu pois não existia uma definição conclusiva da fronteira entre Brasil e Argentina. Esta se dava pelos rios Iguazu e Uruguai e havia um forte interesse por parte da Argentina em adquirir os Campos de Palmas e adjacências. Ao longo do século XIX a importância da colonização e povoação da região de Palmas foram ressaltadas pelos administradores com o intuito de impedir a posse paraguaia e argentina. Em 1863, a Câmara de Guarapuava suplicava mais proteção e atenção às autoridades imperiais para essa região por se tratar de “um dos mais importantes pontos do império e por ser limítrofe com a confederação da Argentina e Paraguai”.

Há que se dizer, a despeito desse período acima declinado, que Palmas ainda não havia se emancipado politicamente e pertencia ao município de Guarapuava.

A disputa entre esses países se estendeu por quase todo o século XIX e teve um ponto alto com o estabelecimento de duas colônias militares — a do Chopim e a de Chapecó — nas imediações da vila de Palmas, na década de 1880 (Siqueira, 2010, p.16). Esse embate foi resolvido de maneira positiva para o Brasil com a arbitragem do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, em 1895 (Siqueira, 2010, p. 17).

Além desse conflito de ordem internacional, existiu um outro, de contexto nacional, referente à definição sobre qual estado brasileiro ficaria responsável pelo território de Palmas. Essa querela ficou conhecida como a “Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina”.

Segundo Goularti Filho (2017, p. 22):

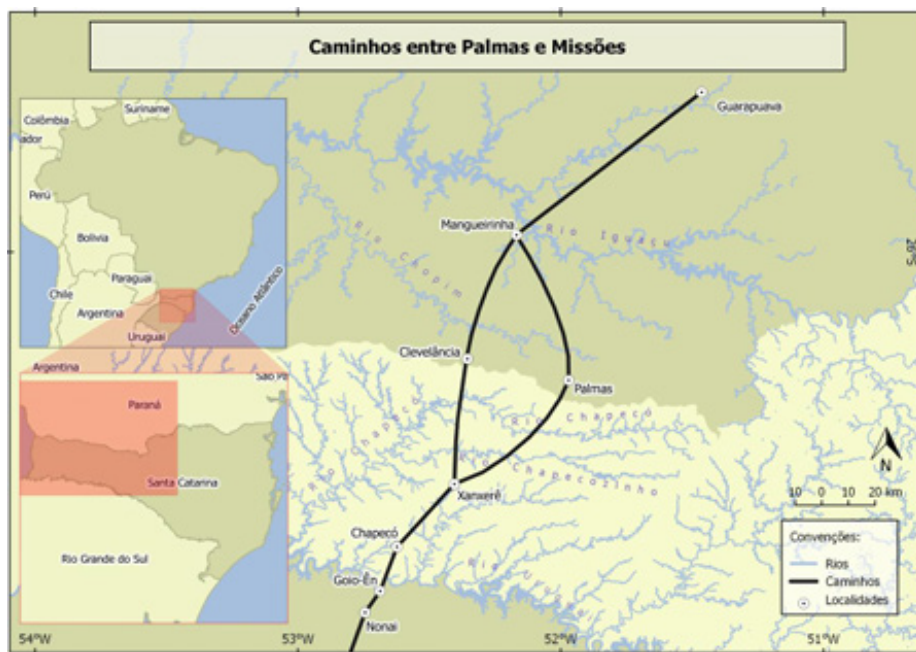
Enquanto o governo paranaense se ocupava em consolidar sua presença nas terras em litígio nos campos de Palmas, o catarinense estava convicto de que toda a região entre os rios Iguaçu e Uruguai lhe pertencia desde 1820, quando da anexação de Lages. Em direção ao oeste, após Lages, no sertão de terra firme, a última vila era a de Campos Novos, criada pela Resolução Provincial nº 377, de 16 de junho de 1854 (Santa Catarina, 1857). Essa decisão governamental demonstrava a determinação da província de Santa Catarina em seguir com a demarcação territorial rumo aos campos de Palmas.

As terras contestadas foram concedidas ao Paraná, que ficou com a posse de Palmas, sendo este elevado à categoria de província em 1853.

Palmas, juntamente com outros municípios vizinhos, perdeu aproximadamente 28000 km² de suas terras para o estado de Santa Catarina, após um longo período de disputas encerrado em 1916. Na temporalidade estudada, a fronteira palmense não significava divisão rígida entre duas nações ou dois estados, mas sim uma região aberta a encontros e desencontros, a idas e vindas de sujeitos de diversas localidades, de grupos sociais distintos, com interesses variados (Siqueira, 2010, p. 18).

Esse ponto destacado pela autora foi bastante negativo para o município, porquanto, por muito tempo, Palmas tornou-se esquecida em termos de investimentos, exatamente por não se enquadrar em um firmamento sólido do ponto de vista territorial e, até mesmo jurídico — ora pertencia a um território, ora a outro —, o que gerou em descaso por parte do poder público.

Figura 2 - Caminho entre Palmas e Missões.



Fonte: Goularti Filho (2018).

Trazendo o debate especificamente para o município de Palmas¹, em um lapso mais recente de averiguação, há que se considerar alguns dados pontuais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras instituições públicas que estudam a temática, levando em conta o último censo realizado para coleta das informações aqui apresentadas.

De acordo com o IBGE (2022), Palmas é um dos municípios socialmente mais desiguais e com maior índice de pobreza do estado do Paraná². Entre 1991 e 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) saiu de 0,610 e alcançou 0,660 ante 0,790 do estado do Paraná no mesmo período.

De fato, Palmas era nesse período pesquisado, o 15º município mais desigual da região sul do Brasil e o 9º, neste quesito no estado

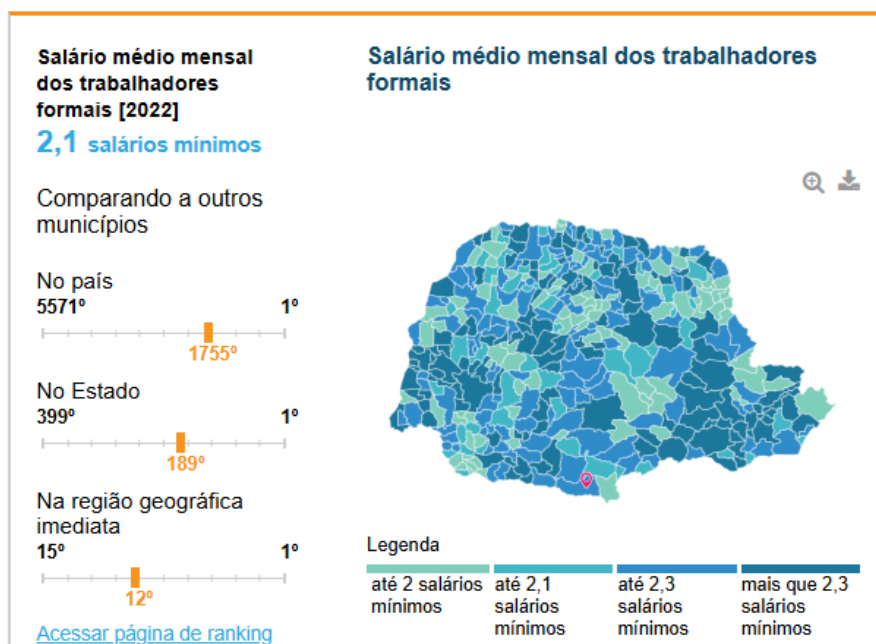
¹ Palmas conta atualmente, pelo último censo realizado pelo IBGE, com 49.891 habitantes (2024).

² Os resultados da aglomeração de municípios semelhantes guardam coerência com o trabalho de Silva, Borges e Parré (2014). Os autores, ao traçarem os clusters de pobreza, utilizando o índice de Moran local, encontraram evidências de municípios com alto índice de pobreza ligados por municípios semelhantes na região centro-sul do estado. Da mesma forma, a região de Palmas é a região com o maior índice de pobreza. Considerando a média de seus municípios, quase um quarto da população (24,3%) está abaixo da linha da pobreza. (Pereira, Cardoso, Galvão e Moreira, 2019).

do Paraná. No ano 2000, a parcela da renda abocanhada pelos 10% mais ricos da população era de 56,5% da renda total, contra apenas 7,3% dos 40% mais pobres. Na comparação com outros municípios, Palmas ocupava a 292^a posição entre os 399 municípios do estado e a 2065^a entre os 5570 municípios brasileiros.

Ainda para o IBGE no seu último Censo (2022), relativamente à renda da população palmense em 2022³, pode-se observar abaixo na Figura 3.

Figura 3 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2022



Fonte: IBGE (2022).

Com base nos dados do IBGE (2022) o salário médio mensal do palmense era de 2.0 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, Palmas ocupava as posições 207 e 117 de 399, respectivamente. Já na comparação com cidades de todo o país, situava-se nas posições 2040^a de 5570 e 1023^a de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, 34% da população encontrava-se

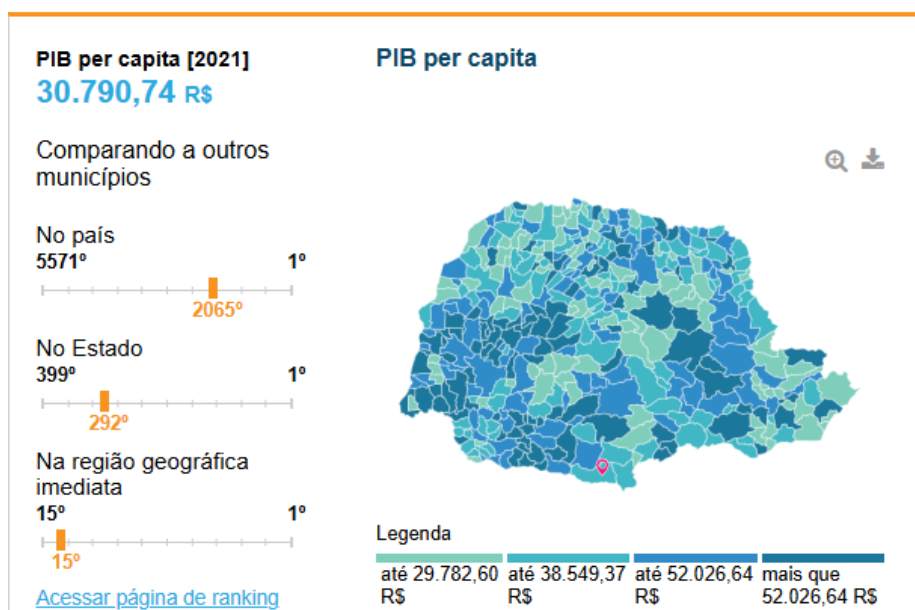
³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palmas/panorama>

nessas condições, o que colocava o município na 168ª posição de 399 cidades do estado e na 3770ª entre as 5570 cidades do Brasil.

Essas posições não levam em consideração o tamanho da população dos municípios comparados, o que sugere que a situação é agravada, pois, embora não seja um município pequeno, encontra-se em desvantagem – nesses índices apresentados – quando comparado a outros municípios menores.

Considerando o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, Palmas, registrava, em 2020, o valor de R\$ 22. 797,44 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos) e, em 2021, conforme dados mais recentes do IBGE, um valor de 30.790,74 (trinta mil, setecentos e noventa reais e setenta e quatro centavos).

Figura 4 - Palmas: PIB *per capita* em 2021



Fonte: IBGE (2022).

Para efeito comparativo, é oportuna a tentativa de detalhar melhor os dados do PIB de Palmas-PR confrontado aos demais municípios que compõem a RGI (Região Geográfica Imediata) de Pato Branco, na qual Palmas está inserida.

Esse comparativo, na região geográfica imediata em que Palmas se encontra, possibilita a verificação dos dados apresentados pelos

órgãos oficiais. Quando essa análise é realizada, percebe-se a relevância do contexto histórico palmense, conforme exposto anteriormente neste item da pesquisa.

A Tabela 1, abaixo, apresenta a divisão percentual do PIB (em bilhões de reais) entre os municípios que fazem parte da RGI de Pato Branco:

Tabela 1 - PIB por municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Pato Branco (em percentuais de participação)

Município	2002	2016
Bom Sucesso do Sul	1,2	2,2
Chopinzinho	5,1	5,9
Clevelândia	5,2	4,5
Coronel Domingos Soares	1,8	1,7
Coronel Vivida	4,9	6,0
Honório Serpa	2,1	1,7
Itapejara d'Oeste	2,7	4,6
Mangueirinha	15,9	16,4
Mariópolis	1,8	2,3
Palmas	12,0	10,3
Pato Branco	23,2	32,3

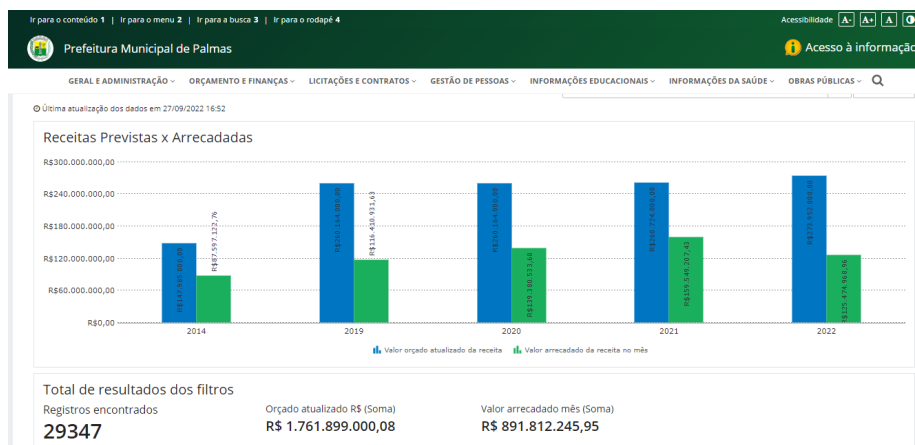
Fonte: URBTEC (2019) - Com base em IBGE (2002 - 2016).

Org.: Realizada pelo autor da pesquisa.

Perceba-se que Palmas é o segundo maior município em população da Região Geográfica Imediata de Pato Branco e, ainda assim, possui um PIB proporcionalmente menor que o da maioria dos demais municípios.

Para exemplificar a arrecadação, e com base em dados colacionados da Prefeitura Municipal de Palmas, atualizados em 27 de setembro de 2022, apresenta-se a seguir um demonstrativo das receitas arrecadadas pelo referido município entre 2014 e 2022 (sendo este último ano contabilizado até setembro):

Figura 5 - Palmas: receitas previstas e arrecadadas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas-PR (2023).

Percebe-se, pelo gráfico, que as receitas recebidas pelo município de Palmas são sempre menores – com base no espaço de tempo averiguado – quando comparadas às previstas, o que sugere uma incongruência de dados que repercute diretamente na destinação dessas receitas e no alinhamento e implementação de políticas públicas planejadas a partir de um determinado orçamento público.

Smith (1988) defende que o desenvolvimento assimétrico, que origina as desigualdades socioespaciais, é um processo característico do capitalismo e resultante de suas próprias contradições. Para esse autor, o desenvolvimento desigual pode ser comparado a uma estampa da desigualdade social na paisagem geográfica. “Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço” (Smith, 1988, p. 44).

Ademais, dados frios e muito amplos, por vezes, não captam a realidade dos municípios, sobretudo em territórios nos quais a desigualdade – observada apenas pelos números – muitas vezes parece

não existir. Como narra Smith (1988, p. 45): “o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço”.

Significa que devemos analisar essas fontes de modo mais aproximado, sobretudo no que tange ao questionamento: em que reside as desigualdades desse território em questão? Esse ponto é importante para que possamos nos debruçar sobre as especificidades de um determinado território, com a sua realidade própria e com o seu espectro individualizado.

Se há uma incongruência entre as receitas previstas e as receitas arrecadadas no município de Palmas, como antes declinado, certamente haverá a mesma incongruência na destinação dessas verbas, inclusive na priorização — ou não — de determinadas políticas públicas em detrimento de outras. Dessa forma, impõe-se a necessidade de análise dos dados em sua totalidade, sem esquecer de como eles repercutem na vida das pessoas.

Será em uma análise mais detalhada que encontrarão as desigualdades, considerando cada território no seu interior, cada porção que tenha ocupação humana, cada uma delas com sua necessidade específica.

Esse ponto é fundamental, pois, ao se analisar os dados estatísticos do município de Palmas-PR, percebe-se claramente a assimetria existente dentro dele próprio. Um dos pontos mais evidentes que justificam essa discrepância é exatamente a diferença de renda entre os mais ricos e os mais pobres que residem na localidade.

É nessa lógica que surge o papel da ciência geográfica: “[...] expor e explicar as desigualdades e injustiças que os sistemas econômicos-políticos impõem aos cidadãos, revelar as limitações desses sistemas, suas preferências e os efeitos das políticas públicas.” (Fernandes, 2015, p. 195), revelando conflitos, fatos e interesses que incomodam, e expõe o que atores e agentes preferem manter acobertado.

Essa desigualdade repercute em todas as esferas do município de Palmas, sobretudo quando se coloca em evidência bairros e localidades em detrimento de outros, tão assimétricos quanto destoantes econômica e socialmente.

No Quadro 1 abaixo, segundo o IBGE, apresentam-se a população economicamente ativa de Palmas em 2022 e os dados socioeconômicos correspondentes:

Quadro 1 - Palmas: dados de trabalho e renda.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2022]	2,1 salários-mínimos
Pessoal ocupado [2022]	13.344 pessoas
População ocupada [2022]	27,66%
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo [2010]	34 %

Fonte: IBGE (2023).

Org.: Realizada pelo autor da pesquisa.

Figura 6 - Palmas: número de pessoas ocupadas por setor da economia.

ATIVIDADES ECONÔMICAS (1)	Nº DE PESSOAS
Atividades administrativas e serviços complementares	336
Administração pública, defesa e seguridade social	682
Educação	1.140
Saúde humana e serviços sociais	370
Artes, cultura, esporte e recreação	71
Outras atividades de serviços	368
Serviços domésticos	1.244
Atividades mal especificadas	2.135
TOTAL	18.718

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar 2.0).

Fonte: IBGE (2022).

Além disso, a economia de Palmas é, em sua maioria, embasada em setores que não exigem alta escolaridade e que remuneram os trabalhadores com baixos salários, o que justifica a profunda diferença social e a pobreza enraizada no município⁴.

Os dados acima entregam alguns dados importantes sobre Palmas, pois direcionam para os setores que concentram o maior

⁴ Segundo o IPARDES (2020), Palmas possuía uma população economicamente ativa de 19.666 pessoas, das quais 18.717 estavam ocupadas, indicando que o índice de desemprego não é alto. A partir disso, procurou-se avaliar a condição dessa ocupação de emprego, em que a distribuição de pessoas pelas principais atividades econômicas está assim colocada: 18% na indústria de transformação (majoritariamente a indústria madeireira do compensado), 16% no comércio, 14% na agricultura e pecuária, 8% na construção, 7% em serviços domésticos, 6% em educação, 4% transporte, 4% administração pública e as demais atividades representam menos de 3%.

número de pessoas empregadas por atividade desenvolvida. O setor que mais emprega no município é o das indústrias de transformação, que engloba principalmente o segmento de chapeação.

“Essa indústria, no entanto, historicamente voltada ao mercado internacional de *commodities* de chapas de compensado, tem se mostrado vulnerável a oscilações econômicas internacionais e a variações cambiais, gerando reflexos diretos no comportamento do emprego na cidade de Palmas” (Shclemper, 2015, p.162).

Além dos baixos salários, a indústria de compensados em Palmas está sujeita a oscilações que fazem com que a precariedade e insegurança do emprego seja uma constante na vida dos trabalhadores que ali laboram.

O segundo setor que mais emprega pessoas é o de comércio, especialmente o de reparação de veículos automotores e motocicletas, que representa oficinas voltadas ao conserto de veículos e que, em sua maioria, oferecem baixos salários a uma população igualmente sem qualificação.

Percebe-se que as atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura são o terceiro setor que mais emprega pessoas. Todos esses setores, historicamente, não carecem de mão de obra qualificada e geram uma renda extremamente baixa para seus empregados. Por isso mesmo, como visto nos apontamentos do IBGE anteriormente colacionados, Palmas possui um PIB per capita considerado baixo, inclusive para efeitos da região geográfica imediata em que está inserida.

Além disso, a sazonalidade no emprego também é um fator que dificulta sobremaneira estabelecer um desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população. Na Tabela 2, a seguir, apresentam-se os dados referentes da variação do emprego no município:

Tabela 2 - Palmas: Variação do emprego entre Janeiro e Dezembro de 2022.

Mês	Admitidos	Desligados	Saldo
Jan/22	1012	609	403
Fev/22	945	714	231
Mar/22	686	713	-27

Abr/22	498	591	-93
Mai/22	569	814	-245
Jun/22	622	812	-190
Jul/22	392	741	-349
Ago/22	440	519	-79
Set/22	437	463	-26
Out/22	428	535	107
Nov/22	366	438	72
Dez/22	387	365	22

Fonte: MTP/CAGED (2022).

Elaboração: SETR - Observatório do Trabalho.

É oportuno comentar os dados acima transcritos, pois eles traduzem elementos importantes para verificar como Palmas possui uma alta volatilidade na variação do emprego, justamente pelo fato da sazonalidade da população no serviço, como comentado anteriormente.

Além disso, se considerarmos o ano de 2022 — período em que a pesquisa foi realizada — como um todo, o município apresentou um déficit de 532 postos de trabalho, gerando mais vulnerabilidade entre os trabalhadores, sem emprego e sem renda.

Os meses iniciais do ano possuem dados mais animadores sobre a criação de postos de trabalho, pois são justamente aqueles em que os trabalhadores atuam nas indústrias de compensado de madeira, com a devida assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Já os meses intermediários do ano, são aqueles em que há a colheita das culturas agrícolas produzidas no município — atividade

que, em sua maioria, não assina a CTPS —, fato que não se registra qualquer sinal de ocupação desses trabalhadores e, conseqüentemente, o índice negativo na pesquisa acerca dos postos de trabalho.

Interessante observar que, nos meses finais do ano, o índice de contratações volta, ainda que timidamente, a crescer, em razão da demanda da indústria de compensados, que necessita contratar. Assim:

Anualmente, 25% da população economicamente ocupada deixa a indústria, especialmente a do compensado, e dirige-se para as atividades temporárias de colheita da maçã e da batata ou para requerer o benefício de seguro-desemprego. Ambas as situações, tanto das colheitas como do seguro-desemprego, têm duração média de quatro meses, quando esta massa de trabalhadores retorna sistematicamente à indústria. A indústria, com defasagem de mão de obra e sem opções, acaba por recontratar estes trabalhadores, mesmo sabendo que o fenômeno se repetirá no ano seguinte (Shclemper, 2015, p. 168).

Isso repercute determinantemente na qualidade de vida dos habitantes, pois trabalhadores com uma baixa renda geralmente se alinham em localidades desprovidas de serviços públicos adequados, e as políticas públicas, por sua vez, geralmente não chegam a esses espaços como deveriam. Esse é o grande mote desta pesquisa: em quais espaços de Palmas os eleitores se alicerçam e se alinham politicamente.

A produção do espaço, nesse ínterim, possui relação direta e imediata com o regime econômico e político em que esse espaço está envolto, e, finalisticamente, se torna refém de políticas públicas traçadas em torno, em grande parte, do capital como seu principal elemento. Para Rocha (2011, p. 53):

Só por volta da segunda metade dos anos 50 e primeira dos anos 60 do século XX se reconheceu, empírica e cientificamente, que a realidade apresentava-se muito assimétrica dentro de cada país e com conseqüências tais que só uma intervenção correctora do Estado poderia concertar. Justificou-se, assim o aparecimento das teorias do desequilíbrio regional (“theories of regional imbalance”), tendo como representantes mais expressivos François Perroux (1955), Hirschman (1957 e 1958), Myrdal (1957) e Kaldor (1967). O denominador comum do seu pensamento econômico

era o de que o livre jogo das forças do mercado não tenderia para o equilíbrio económico interno. Em termos teóricos, são já relativamente abundantes conceitos, modelos e ferramentas metodológicas que, no âmbito da disciplina do Crescimento Económico, têm permitido realizar e enfatizar determinados contrastes empíricos que conduzam ao conhecimento/descoberta das causas do aumento do Produto, da origem das assimetrias espaciais – e, conseqüentemente, da criação e distribuição do rendimento – e das razões das dinâmicas de desenvolvimento, ou seja, o porquê de alguns países/regiões/territórios crescerem mais rapidamente do que outros/outras.

Dessa sorte, os dados estatísticos podem até maquiar uma realidade regional, pois trazem consigo a mescla entre localidades em que a diferenciação socioeconômica é bastante considerável, pois a abrangência dos estudos não penetra nas miudezas da realidade objetiva da população alocada no território.

Isso não impede, entretanto, que se investiguem detalhadamente os espaços analisados, de modo mais específico, para mapear como se distribuem as políticas públicas direcionadas à população — não apenas considerando o todo de uma localidade, mas também as suas especificidades — de modo a captar as assimetrias e entender o funcionamento de modo detalhado.

Palmas carrega essa discrepância territorial na tipologia do voto em decorrência dos bairros que compõem o município, e é isso que será observado no próximo item da pesquisa.

Panorama das votações em Palmas-PR a respeito das eleições presidenciais de 2018 e 2022 na perspectiva do território de conservação do poder

O tópico ora iniciado tem a preocupação de analisar os dados eleitorais em Palmas nas eleições presidenciais de 2018 e 2022 no sentido de se fazer uma associação às teorias voltadas aos territórios conservadores de poder no município.

Isso porque já se parte da premissa lógica de que o Brasil é um país desigual e diverso, inclusive no que se refere ao ordenamento territorial e tal ponto é bastante clarividente em Palmas. É o que Paula (2022, p.33) chama de *territórios de conservação de poder* no Brasil.

Dessa maneira, as oligarquias podem avançar territorialmente a partir de processos de expropriação, grilagem e acumulação. Criam um mercado no qual o valor de troca impera em relação ao valor de uso das comunidades tradicionais, dada a crescente valorização e dinamização econômica do território, inclusive favorecida pelo Estado. Configuram, então, elemento político e territorial também após processos de formação territorial iniciados com base em práticas de mercado, como loteamento e venda de terras, ainda que conduzido pelo Estado.

Esse ponto é o que os estudiosos denominam *territórios de dominação*, conceito utilizado pela Geografia para exemplificar as relações de poder no Estado e como elas dialogam com os demais campos do conhecimento. Assim:

Os territórios de dominação apresentam semelhanças diretas ao conceito de territórios conservadores, porém, enquanto Fernandes (2015) apresenta o capital (econômico) como agente dominante, para Silva (2007) a concentração e a reprodução do capital são algumas dentre outras variáveis que compõem uma hierarquia não necessariamente verticalizada. Isso implica em afirmar que os territórios conservadores de poder não se formam apenas a partir da concentração de capital nas mãos de poucos, mas também a partir das relações de trabalho, do poder simbólico, da apropriação/incorporação das tradições pelos grupos de poder e das formas de gestão desses territórios (Paula, 2022, p.87).

Na visão de Silva (1976, p. 15), muito além do poder econômico, existem outras formas de dominação nos territórios que regulamentam sua gestão, o que necessariamente impõe ao agente público, detentor de poder político, opções de investimento em políticas públicas que lhe sejam favoráveis e úteis - não só a si mesmo, mas igualmente ao grupo do qual faz parte e o apoia.

O acesso à formação escolar da classe dominante lhe assegura, por exemplo, o domínio sobre os recursos simbólicos, permitindo a decodificação de suas próprias normas de ação e sua inscrição no cerne de um sistema de valores, suplantando as situações específicas de ação. Por outro lado, os grupos sociais dominados escapam da necessidade de elaborar de maneira estruturada e de justificar as convicções morais referentes à generalidade da ordem social, fazendo com que sua posição social não os incite nem a uma

reelaboração reflexiva, nem a uma generalização lógica dos conteúdos implícitos de sua prática. As reivindicações morais dos grupos dominados tendem a permanecer à margem das formulações públicas de investimento.

No mesmo sentido, as lições de Raffestin (1993) a despeito do território não podem deixar de ser lembradas, sobretudo no que diz respeito à autonomia constitutiva do Estado capitalista, que remete à materialidade desse Estado, no sentido de que ele constitui a unidade política das classes dominantes.

Por essa razão, pensar o território impõe uma perspectiva de atuação dinâmica de seus gestores, notadamente para que as alterações que nele venham a existir sejam observadas e pautadas pelo Poder Público no sentido de pensar as políticas públicas. Dessa forma:

É assim que as estratégias discursivas dos diferentes atores dependerão das relações de forças simbólicas entre os grupos e dos interesses específicos que lhes são garantidos pela posição de seus membros nos sistemas de relações que se estabelecem entre os diferentes campos dos quais eles participam. Assim, importa dimensionar a força desses atores de gerar mudanças ou permanências no poder político local (Silva, 2005, p. 208).

Essa mudança, entretanto, necessita ser percebida pelo Estado e por seus gestores, a fim de que possa ser efetivamente implementada, sob pena de manutenção de um *status quo* vigente e inalterável. Dessa forma, finaliza a autora:

Os territórios, então, além de dominados, instrumentos de controle e exploração, são também diferentemente apropriados, concreta e simbolicamente, numa infinidade de significados. Com isso, podem ser diversos: geográficos, sociológicos, afetivos, identitários, conservadores etc. (Silva, 2005, p. 209).

A expectativa de mudança, com o intuito de atenuar assimetrias, passa necessariamente pela quebra do ciclo de controle e exploração de uma parcela da população em detrimento de outra. Somente após essa ruptura é que políticas públicas sensíveis poderão ser pautadas para quem delas mais necessita.

Uma das formas mais contundentes da possibilidade dessa mudança é exatamente pelo voto — ou seja, pela escolha

democrática e legítima do gestor público que conduzirá as políticas públicas no território em que foi eleito.

Por isso, mesmo interessa a forma de apropriação do território, ou seja, o modo como o mesmo se formou e se consolidou, para que possa ser efetivamente conhecido por aqueles que irão geri-lo.

Assim, o estudo parte para a análise dos dados eleitorais em Palmas. Vejamos o que ocorreu nas eleições de 2018:

Quadro 2 - Votação no primeiro turno no município de Palmas-PR

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Fernando Haddad	PT	9.648	42,66%
Jair Bolsonaro	PSL	9.271	40,85%
Ciro Gomes	PDT	1.380	6,08%
Geraldo Alckmin	PSDB	818	3,60%
Álvaro Dias	PODEMOS	581	2,56%
Henrique Meirelles	MDB	373	1,64%
João Almoedo	NOVO	304	1,34%
Cabo Daciolo	PATRIOTAS	111	0,49%
Marina Silva	REDE	95	0,42
Guilherme Boulos	PSOL	72	0,32%
Eymael	DC	3	0,01%
João Goulart Filho	PPL	3	0,01%
Vera	PSTU	3	0,01%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do TSE (2018).

Quadro 3 - Votação no segundo turno no município de Palmas-PR

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Fernando Haddad	PT	12.859	53,82%
Jair Bolsonaro	PSL	10.803	46,18%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do TSE (2018).

Como pôde ser visto acima, o candidato que representava uma ideia mais progressista de campanha à época, com propostas voltadas à classe trabalhadora e um discurso de valorização dos menos afortunados, obteve a maioria dos votos tanto no primeiro como no segundo turno, saindo-se vitorioso no pleito no município de Palmas.

Essa perspectiva de votação condiz com a realidade socioeconômica do município, aqui já levantada, porque mensura que o conservadorismo no poder e em suas estruturas não condiz com a realidade palmense, a qual é bastante assimétrica e desigual, além de índices de desenvolvimento humano muito baixos em comparação com o estado do Paraná.

Nessa votação, observa-se uma tentativa de quebra do ciclo de conservação do poder nas mãos daqueles que já o detém e que não almejam alterar o *status quo* da realidade posta no território analisado, pois presume-se o abastecimento do Estado para manutenção de “privilégios” costumeiramente vivenciados.

O Partido Liberal, ao qual o candidato Bolsonaro é vinculado⁵, intitula entre os seus principais fundamentos:

O Partido Liberal (PL), liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, é caracterizado por uma série de posicionamentos majoritários entre os políticos que compõem suas fileiras. Ao longo dos anos, o partido vem se transformando cada vez mais em uma plataforma política baseada em valores conservadores e liberdade econômica.

Um dos princípios predominantes no PL é o conservadorismo. A maioria dos políticos do partido adota uma postura tradicional em relação aos

⁵ Nas eleições de 2018, Bolsonaro não estava filiado ao PL, mas sim ao antigo Partido Social Liberal (PSL), que posteriormente se fundiu ao Democratas, originando o União Brasil. Já o PL, então denominado Partido da República (PR), tinha outra orientação ideológica e integrou a coligação de centro que lançou Geraldo Alckmin como candidato à Presidência, atual vice-presidente da República.

valores morais e sociais, defendendo a preservação das tradições culturais e religiosas do Brasil. Isso inclui a valorização da família, da ética e o respeito às instituições tradicionais, especialmente a igreja (Santos, 2023, online).

Dessa sorte, nas próprias diretrizes do Partido Liberal, observamos a meta de manutenção e conservação de valores morais e sociais, além da valorização da instituição religiosa — a Igreja — e do liberalismo econômico. Assim, esse tipo de postura aproxima eleitores que desejam a manutenção de um panorama de vida ao qual estão habituados, especialmente as camadas mais afortunadas da sociedade.

Já o Partido dos Trabalhadores, ao revés, adota uma postura mais progressista em seu argumento político, senão vejamos:

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóia frias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo (Partido dos Trabalhadores, 1979, online).

É nítida a dificuldade de formulação de políticas públicas que sejam assertivas e produtivas para um determinado contingente da população. Contudo, nas lições de Souza (2006), é dever do Estado “colocar o governo em ação”, o que significa ter uma visão ampla das reais necessidades no tocante à melhoria da qualidade de vida de quem mais necessita.

Nesse sentido, as ideias de progresso e mudança social interessam a parte mais vulnerável da população palmense. Por isso, essa votação reflete, de certa forma, uma tentativa de aproximar o Estado de si — isto é, de um ente que realmente formule políticas públicas condizentes com a mudança social.

Nas eleições de 2022, o mesmo enredo se repete em sua forma, senão vejamos:

Quadro 4 - Votação no primeiro turno no município de Palmas-PR em 2022

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Lula	PT	12.571	54,04%
Jair Bolsonaro	PL	9.644	41,46%
Simone Tebet	MDB	565	2,43%
Ciro Gomes	PDT	337	1,45%
Soraya Thronicke	UNIÃO BRASIL	77	0,33%
Felipe D'Avila (Novo):	NOVO	44	0,19%
Padre Kelmon	PTB	12	0,05%
Sofia Manzano	PCB	6	0,03%
Vera	PSTU	2	0,01%
EYMAELI	DC	2	0,01%
Léo Pércles	UP	2	0,01%
Branços	-	-	1,78%
Nulos - 1,61%	-	-	1,61%

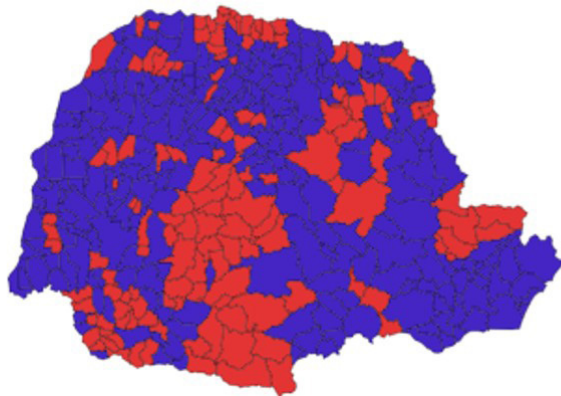
Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do TSE (2022).

Quadro 5 - Votação no segundo turno no município de Palmas-PR em 2022

Candidato	Partido	Votos	Percentual
Lula	PT	12.752	53,63%
Jair Bolsonaro	PL	11.024	46,37%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do TSE (2022).

Figura 7 - Mapa do Paraná e os seus municípios, eleição presidencial de 2022 no segundo turno.



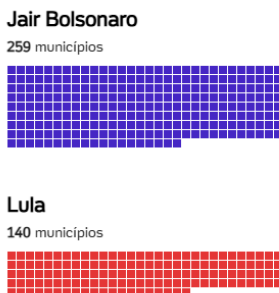
LEGENDA

- Lula (PT)
- Jair Bolsonaro (PL)

Fonte: UOL, com base nos dados do TSE (2022).

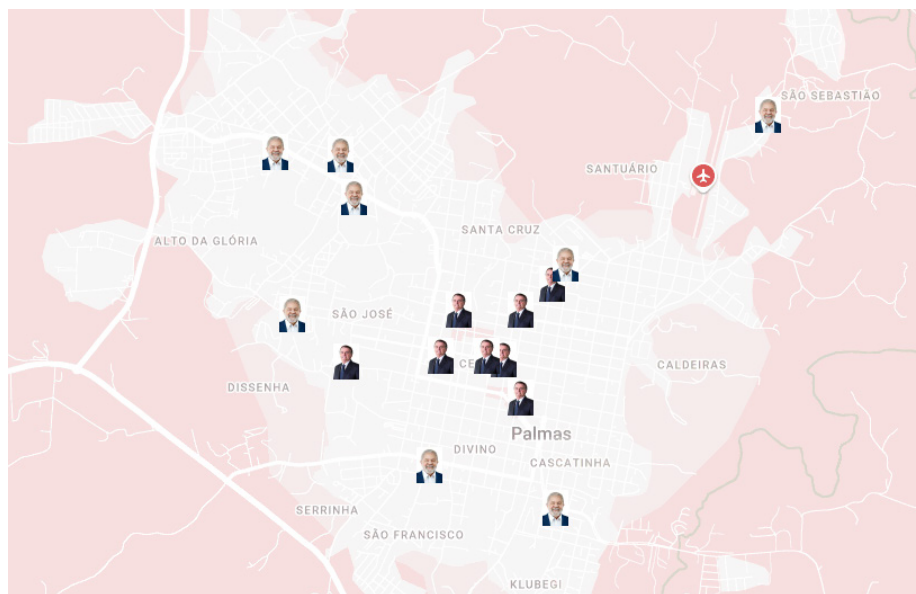
Figura 8 - Quantidade de municípios que cada candidato venceu no estado do Paraná.

Quantidade de municípios que cada candidato venceu no estado



Fonte: UOL, com base nos dados do TSE (2022).

Figura 9 - Mapa eleitoral das eleições presidencial em Palmas-PR no ano de 2022 por regiões eleitorais (segundo turno)



Fonte: Rede Bom de Jesus de Comunicação com base em dados do TSE (2022).

Pelos dados acima, percebe-se que o ex-presidente Jair Bolsonaro alcançou uma vitória quando consideramos apenas os votos do estado do Paraná, pois, tanto nos votos válidos como na quantidade de municípios (duzentos e cinquenta e nove ao todo) obteve maior votação entre os eleitores.

Entretanto, assim como ocorreu em 2018, essa não foi a realidade de Palmas, que se encontra entre os cento e quarenta municípios paranaenses com votação mais expressiva para o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo dados do TRE-PR (2022) e considerando as seções eleitorais de Palmas, o atual presidente foi o mais votado na Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, Colégio Padre Ponciano, no Assentamento Cruzeiro do Sul, Escola Oscar Rocker, Escola Terezinha Marins Pettres, Escola Nerasi Menin Calza, APAE, Colégio Maria Joana Ferreira, Escola Rural Isolda Knolseisen, Escola Senhorinha Miranda Mendes, Escola Estadual Indígena e no Colégio Rural Paulo Freire, totalizando 12.752 votos.

Todas essas sessões eleitorais encontram-se, como demonstra o mapa acima, em regiões periféricas do município — localidades mais sensíveis à pobreza e sujeitas ao esquecimento do Estado. É exatamente nessas áreas que o Poder Público necessita intervir de forma mais incisiva, por meio de políticas públicas no sentido de tentar formular ações concretas que venham a atenuar as dificuldades vivenciadas pela população.

Steinberger imprime a sua perspectiva a respeito de como deve ser a ação do Estado na formulação de políticas públicas efetivas voltadas à diminuição das diferenças socioeconômicas:

Logo, cabe ao Estado gerir o planejamento enquanto um instrumento determinante ao desenvolvimento e, acima de tudo, como força e/ou oportunidades de integração e organização do território por meio de políticas territoriais, muito em especial entre as regiões mais valorizadas em detrimento daquelas desvalorizadas. A ação efetiva desse processo estaria na inserção de infraestruturas, como as de transportes, comunicação e energia, por exemplo, que em sua materialização tem como foco, para além de outros, a integração de mercados (Steinberger, 2013, p.44).

Por ser a periferia da cidade uma área mais populosa, considerando quantitativamente o contingente populacional de Palmas, o candidato tido como mais progressista acabou vitorioso no município. Um discurso voltado à transferência de renda e às políticas públicas voltadas às áreas sociais acalenta o desejo de cidadãos de menor poder aquisitivo de observarem as suas aspirações — se não plenamente contempladas, ao menos percebidas — pelo gestor público nacional.

Segundo colocado entre os eleitores palmenses, Bolsonaro somou 9.644 votos, sendo o mais votado no Colégio Sebastião Paraná, Colégio Bom Jesus, Colégio Sesi, CMEI Cantinho Feliz, na Secretaria de Assistência Social, Colégio Dom Carlos, Colégio HBC e na Biblioteca Municipal (TRE, 2022).

Diferentemente do candidato vitorioso nos bairros periféricos do município de Palmas, Bolsonaro foi mais votado nos bairros centrais, locais em que o poder aquisitivo dos moradores é mais elevado, com maior escolaridade, com o metro quadrado municipal mais valorizado e rendas – bruta e *per capita* – mais altas. Observe-se a Tabela 3 abaixo, relativa ao preço do metro quadrado em alguns bairros da cidade:

Tabela 3 - Palmas: preço médio do m² em alguns bairros.

Localização	Valores R\$/metro quadrado (PGV - 2007)	Valores Correntes R\$/ metro quadrado (2018)	Valores de Mercado R\$/metro quadrado (2019)
São José	30	56,83	170
Cascatinha	60	113,66	280
Divino	40	75,77	285
Centro/Cascatinha	60	113,66	373
Centro/Aeroporto	60	113,66	397
Centro/Divino	80	151,54	449
Santuário	80	151,54	467
São José	80	151,54	570
Dissenha	60	113,66	574
Centro	120	227,35	583
Lagoão/ São José	20	37,89	84
Lagoão	10	18,94	59

Fonte: UBERTEC, com base na Prefeitura Municipal de Palmas (2019).

Org.: Elaborada pelo autor.

Pela leitura do mapa, observa-se apenas doze bairros colacionados pela própria Prefeitura Municipal no quesito valor do metro quadrado. Considerando que Palmas possui, em seu Plano Diretor, vinte e dois bairros ao todo, percebe-se que quase metade deles não consta nesse estudo. Mesmo entre os bairros demonstrados na pesquisa, existem discrepâncias consideráveis relativamente ao valor do metro quadrado. Os bairros localizados em regiões periféricas sequer aparecem nessa classificação, por serem indiferentes ao mercado imobiliário.

Foi justamente nesses bairros desprestigiados pelo capital financeiro que o candidato conservador foi derrotado e, por esse motivo, ficou em desvantagem na eleição do município.

Dessa sorte, em momentos de eleições majoritárias – e com o aumento da polarização ideológico-partidária no país -, é comum se ouvir, no município, o discurso “nós contra eles”, refletindo um enorme preconceito, sobretudo dos moradores do centro urbano em detrimento dos habitantes de arranjos periféricos.

Isso ocorre porque a elite conservadora, habitante das regiões mais nobres do território palmense creditam aos menos favorecidos economicamente uma suposta ignorância eleitoral pelo fato de não terem alcançado, na maioria das vezes, um patamar de formação acadêmica considerado adequado aos padrões, tampouco êxito econômico em suas vidas.

Esse discurso eivado de discriminação, é reverberado por aqueles que desejam manter certas “regalias” e que não estão dispostos a ceder qualquer espaço de atuação ou de percepção de benefícios, inclusive o espaço e o benefício político.

Discussão semelhante acontece a nível nacional, em relação aos moradores da região Nordeste, também no contexto das votações presidenciais. É comum, especialmente em períodos eleitorais, a exacerbação de uma xenofobia já conhecida contra o povo nordestino, por motivos semelhantes ao preconceito direcionado à população periférica de Palmas-PR.

Nesse sentido, aduz Marinelli (2007, p.10):

Pode-se criar rótulos, geralmente degradantes, para pessoas ou grupos, sem que se tenham informações suficientes a respeito deles. Vejamos como exemplo, no caso dos nordestinos, quando são impedidos de frequentar restaurantes e casas de show; quando sofrem tratamento diferenciado em recepção de clínicas e empresas; quando são negligenciados perante pessoas do Sul e Sudeste; quando são rotulados como camelôs, vadios, doentes, cheios de filhos atacados de verminose, ignorantes, atrasados ou quando se tem a crença de que só podem cursar o ensino fundamental, cristalizando uma identidade.

E ainda:

Em vista do exposto, o Brasil tem vivenciado grande polarização política que chegou ao ponto de despertar desejos separatistas no país. A realidade

da intensificação da discriminação de origem contra nordestinos é tão evidente que se percebe uma reiteração de atos xenófobos ao menos desde 2014, passando pelos períodos eleitorais de 2018 e 2022. A Safernet Brasil, identificou, inclusive, que dos sete crimes que envolvem discurso de ódio denunciados à Central Nacional de Denúncias da Safernet, seis tiveram mais denúncias nos anos de eleições que em anos anteriores; dentre eles, a prática de xenofobia. (Silva Bispo; Dias, 2023, p. 4)

Dessa sorte, esse tipo de argumento, que menospreza uma camada da população por questões étnicas, sociais, econômicas e acadêmicas é sempre alargado em períodos eleitorais, como declinado na citação acima, exatamente pelo fato dos votos advindos dessa população tida como inferior ou subalterna⁶ contrariar os interesses dos detentores dos territórios de poder.

Assim, à luz da acentuação do preconceito vivenciado pelo povo nordestino em períodos eleitorais — notadamente nas eleições majoritárias a nível federal —, o povo palmense da periferia igualmente sofre esse tipo de discriminação por não coadunar com uma corrente política que não o prestigia e que, mais do que isso, o menospreza.

Os territórios de poder e os seus representantes, de um lado, permanecem na tentativa de manutenção de um sistema político que credencie e legitime as suas aspirações, tanto no quesito legislativo como no executivo do Poder Público.

Esse raciocínio ganha ênfase quando nos debruçamos sobre os resultados eleitorais e a forma como a população palmense exerce o seu sufrágio, indicando, a depender da camada à qual pertencem, que tipo de candidato e plataforma política atendem melhor aos seus interesses.

Considerações finais

O presente ensaio teve como objetivo traçar um comparativo da votação nas eleições presidenciais do Brasil dos anos de 2018 e

⁶ Martha Nussbaum propõe uma lista de capacidades humanas essenciais concentrando os elementos indispensáveis para se garantir o conteúdo de uma vida humana digna. Para essa autora, tal perspectiva pode ser abordada na teoria da repugnância com base no sentimento de nojo porque os grupos majoritários tendem a oprimir as minorias e subjugar-las quase sempre no argumento baseado na dicotomia homem-animal (raças superiores e inferiores, humanos e não humanos). Isso ocorre porque o homem teria a tendência natural de afastar-se de tudo aquilo que é considerado “animal/mortal” e para tanto utiliza esse mesmo raciocínio para atribuir essas características a outras pessoas ou outros grupos que por algum motivo sejam socialmente vulneráveis, porque “tanto porque incorporam a aspiração de converter-se em um tipo de ser que não se é, como porque neste processo de perseguir essa aspiração, fazem dos outros, alvos de graves danos” (Nussbaum, 2006, p. 93).

2022 entre os eleitores palmenses, a partir de suas realidades sociais e econômicas.

Para isso, abordou-se, em primeiro lugar, um estudo a respeito do município de Palmas, no interior do estado do Paraná, a respeito de suas características intrínsecas. Nesse tópico do trabalho, foram levantados dados populacionais, econômicos e sociais que demonstram a enorme diferença existente entre grupos populacionais residentes no território palmense, notadamente no que se refere a qualidade de vida.

A classe trabalhadora de Palmas possui, em sua grande maioria, oportunidades de emprego restritas a áreas que não exigem qualificação acentuada, reverberando diretamente na percepção de sua remuneração — baixa e insuficiente para provisão de suas necessidades, inclusive as básicas.

Por esse motivo, essa população acaba por residir em localidades desprovidas de serviços públicos de qualidade e da infraestrutura necessária para uma vivência adequada e minimamente esperada.

Dessa sorte, a pesquisa se debruçou no comportamento eleitoral dos eleitores de Palmas, notadamente nas eleições presidenciais da última década para se perceber como se alinham os eleitores a partir de sua condição de vida e classe social. Assim, pelos dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do estado do Paraná, percebeu-se que candidatos afeitos a discursos e plataformas políticas voltadas a uma perspectiva progressista de governança obtiveram êxito no pleito.

Esse êxito, frise-se, foi conquistado precisamente — e em sua grande maioria — por eleitores de regiões periféricas do município, como atestam os dados oficiais aqui abordados. Isso porque não interessa ao contingente mais vulnerável da população palmense a manutenção de uma realidade que não a favorece.

Por essa razão, a tentativa, a partir das eleições, de uma ruptura com os territórios de conservação do poder restou bastante evidente nos dados analisados neste estudo e, por essa razão, o candidato politicamente inclinado à conservação desse poder saiu derrotado.

Exatamente por isso, nas regiões mais nobres do município — localizadas em seu centro urbano, com maior valorização imobiliária e oferta de serviços —, os eleitores inclinaram-se a votar em um projeto político de manutenção de uma ordem vigente, a fim de que não haja alterações no *status quo* predominante.

De igual modo, percebeu-se o preconceito e o desprezo de uma elite conservadora em relação à forma de manifestação do voto de eleitores socialmente vulneráveis, evidenciando uma polarização nefasta na sociedade, que a desagrega e torna a própria atividade política, muitas vezes, improdutiva.

Por esse motivo, refletir sobre as eleições presidenciais no município de Palmas sugere um terreno fértil para se depreender como os eleitores se manifestam em torno de políticas que lhes sejam favoráveis, pois, como visto, é dever do Estado prestar serviços e implementar políticas públicas oportunas e necessárias ao território.

A classe desprestigiada social e economicamente de Palmas, diferentemente dos argumentos sustentado por aqueles advindos do centro urbano privilegiado, não é fruto de uma ignorância ou falta de conhecimento político, mas, ao revés, reflete diretamente as suas aspirações de mudança social, implicando diretamente na sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostrade Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://basedosdados.org/dataset/08a1546e=251-f4546-9-f0e-1b6ea2b203bd?table=ebd0f0fd-73f1-4295-848a-52666ad31757&utm_term=ibge%20censo%202022&utm_campaign=Conjuntos+de+dados -fs6FHEQUuMSXpRoCvcAQA-vD_BwE. Acesso em: 05 mar. 2025.
- FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues**. **Contribuições da ciência geográfica às políticas públicas**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Brasília, 2015.
- GOULARTI FILHO, Alcides**. **Cortando o Oeste Catarinense: Abrindo Caminhos entre Palmas e Missões num Território em Disputa**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjcgclcfndmkaj/https://www.fea.usp.br/sites/default/files/anexo-evento/cortando_o_oeste_catarinense_alcides_goularti_filho.pdf. Acesso em: 07 jul. 2025.
- IPARDES**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2020). **Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) 2020**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/ipardes/municipio.php?mun=410430>. Acesso em: 23 dez. 2024.
- MARINELLI, E. B.** A saga do Migrante Nordeste em São Paulo. **Revista Educação**. Vol. 2. n.1 2007, p. 10. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/49/80>. Acesso em: 28. jul. 2025.
- MENDES, Adilson Miranda**. **Origem e Composição das Fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense Palmas - 1859-1903**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós- Graduação em História, UFPR, Curitiba/PR, 1989. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27095/D%20-%20MENDES%2c%20ADILSON%20MIRANDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 27 jul. 2025.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**. **Procuradoria-Geral da República**. Sub-Procuradoria no Estado do Paraná. CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Dados do Emprego no Paraná em 2021. Curitiba, 2022.

NUSSBAUM, Martha C. *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

PALMAS, Prefeitura Municipal -Secretaria de Urbanismo. *Plano Diretor do Município de Palmas*, 2019. Disponível em: <https://pmp.pr.gov.br/planoDiretor/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

PARTIDO LIBERAL - PL. *Os Principais Posicionamentos do Partido Liberal (PL)*. (2023) Disponível em: <https://pl22.com.br/os-principais-posicionamentos-do-partido-liberal-pl/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. *Carta de Princípio do Partido dos Trabalhadores (1979)*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/pt42anos/timeline/carta-de-principios>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PAULA, Rafael Freire de. *Processos de formação e reprodução dos territórios conservadores de poder no Brasil* / Rafael Freire de Paula. Guarapuava, 2022. Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

PEREIRA, Almeida; CARDOSO, Rubiane Daniele; GALVÃO, Anderson Allan Almeida; MOREIRA, Tito Belchior da Silva. *Clusters de pobreza no estado do Paraná*. Revista de Economia, v. 40, n. 71, p. 28-48, 2019.

PALMAS, Prefeitura Municipal -Secretaria de Urbanismo. *Plano Diretor do Município de Palmas*, 2019. Disponível em: <https://pmp.pr.gov.br/planoDiretor/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

REDE BOM JESUS DE RÁDIO E COMUNICAÇÃO – RBJ. *Mapas dos Votos em Lula e Bolsonaro em Palmas*. (2022). Disponível em: <https://rbj.com.br/mapa-dos-votos-de-lula-e-bolsonaro-em-palmas/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

ROCHA, Alves da. *Desigualdades e assimetrias regionais em Angola*. In: Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural. Actas do 2.º Encontro Luso-Angolano. Angola, 2011.

- SANTOS, Débora. **Os principais posicionamentos do Partido Liberal (PL)**. 2023. Disponível em: <https://pl22.com.br/os-principais-posicionamentos-do-partido-liberal-pl/>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- SCHLEMPER, A. L. (2015). **O problema do emprego em Palmas-PR: uma proposta de rompimento do ciclo vicioso**. *Revista Brasileira De Desenvolvimento Regional*, 3(1), 157–178. <https://doi.org/10.7867/2317-5443.2015v3n1p157-178>.
- SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.
- SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Melo e. **Teorias de localização e de desenvolvimento regional**. *Geografia*, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 1-23, 1976.
- SILVA BISPO, Gabriela; DIAS, Gabriel Marques da Cruz. **Liberdade de Expressão e o Discurso de Ódio contra Nordestinos nas Eleições Presidenciais de 2014, 2018 e 2022 no Brasil: Uma Análise do Conflito entre Diretos Fundamentais**. *Direito UNIFACS–Debate Virtual-Qualis A2 em Direito*, n. 280, 2023.
- SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. **Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888**. Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História (UFSC). (Dissertação). 2010. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94496/287950.pdf?sequence%20=1&isAllowed=y>. Acesso em 04 abr. 2024.
- SOUZA, C. M. N. (2006). **Participação dos cidadãos e saneamento básico: panorama da legislação nacional**. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, 63, 141-158. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p141-158>
- STEINBERGER, Marília. **A Inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território** In: Steinberger, Marília. (Org.) *Território, Estado e políticas públicas espaciais*. Brasília: Ler Editora, 2013.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (2022). **Resultado das Eleições Gerais**. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-gerais-tre-pr>. Acesso em: 25 jul. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resultado das Eleições Presidenciais de 2018. (2018). Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-2018>. Acesso em 28 jul. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resultado das Eleições Presidenciais de 2022. (2022). Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-2022>. Acesso em 28 jul. 2025.

UOL, Universo On Line. Resultado das Eleições Presidenciais no estado do Paraná. (2022) Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/02/votacao-presidente-palmas-pr.htm>. Acesso em: 25 jul. 2025.